



## ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DO DNIT DE 2025

No décimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, com início às catorze horas e quarenta e três minutos, na Sede do DNIT em Brasília/DF, realizou-se a Nona Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada do ano de 2025, sob a presidência do Senhor Fabricio de Oliveira Galvão – Diretor Geral do DNIT. Estiveram presentes os Senhores Fábio Pessoa da Silva Nunes – Diretor de Infraestrutura Rodoviária; Marcos de Brito Campos Júnior – Diretor de Administração e Finanças; e Edme Tavares de Albuquerque Filho – Diretor de Infraestrutura Aquaviária Substituto. Participaram, por videoconferência, os Senhores Carlos Antônio Rocha de Barros – Diretor Executivo; Luiz Guilherme Rodrigues de Mello – Diretor de Planejamento e Pesquisa; Eloi Angelo Palma Filho – Diretor de Infraestrutura Ferroviária Substituto; e Thiago Davi Rosa – Diretor de Planejamento e Pesquisa Substituto. Como convidados, participaram a Senhora Lídia Lopes Martins – Coordenadora-Geral de Integridade; e os Senhores Júlio César Barbosa Melo – Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT; Irasmon Gomes de Melo – Auditor do DNIT; Arthur Kelsen de Oliveira Macêdo – Corregedor do DNIT; Ebert Gustavo Ribeiro – Ouvidor do DNIT; Leonardo Roberto Perim – Gerente de Projetos e Ordenador de Despesas do DNIT; Pedro Oliveira Landim – Assistente Técnico da Diretoria Geral; e Anderson Alvarenga Ferreira – Assessor Técnico da Diretoria Executiva. O Diretor Geral iniciou a ordem do dia pelo exame do **Item 1. Relatos encaminhados pelas Diretorias Setoriais do DNIT**, quando passou a palavra ao Diretor Executivo que apresentou os seguintes assuntos: **Relato n.º 19/2025/DIREX – Processo n.º 50614.000322/2025-75** – Assunto: Delegação de competência ao Superintendente Regional no estado do Rio Grande do Norte para realizar licitação, na modalidade de Concorrência, em todas as suas fases, incluindo a elaboração de editais e termos de referência; para homologar, adjudicar, lavrar, assinar e publicar o respectivo contrato, termos aditivos e apostilamentos no Diário Oficial da União; e para realizar os demais atos compatíveis com a delegação, visando contratar empresa para prestar serviços técnicos de apoio, assessoramento e engenharia consultiva especializada e multidisciplinar aos empreendimentos e programas da malha rodoviária sob jurisdição daquela Superintendência e no âmbito das necessidades técnicas e operacionais de suas Unidades Locais subordinadas. O valor estimado para a contratação é de R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais). **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 21/2025/DIREX – Processo n.º 50602.000542/2025-38** – Assunto: Delegação de competência ao Superintendente Regional no estado do Pará para realizar licitação, na modalidade de Concorrência, em todas as suas fases, incluindo a elaboração de editais e termos de referência; homologar, adjudicar, lavrar, assinar e publicar o respectivo contrato, termos aditivos e apostilamentos no Diário Oficial da União; e para realizar os demais atos compatíveis com a delegação, visando contratar empresa para prestar serviços técnicos de apoio, assessoramento e engenharia consultiva especializada e multidisciplinar aos empreendimentos e programas da malha rodoviária sob jurisdição daquela Superintendência e no âmbito das necessidades técnicas e operacionais de suas Unidades Locais subordinadas. O valor estimado para contratação é de R\$102.685.992,20 (cento e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais e vinte centavos). **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 22/2025/DIREX – Processo n.º 50615.000371/2025-06** – Assunto: Delegação de competência ao Superintendente Regional no estado do Maranhão para realizar licitação, na modalidade de Concorrência, em todas as suas fases, incluindo a elaboração de editais e termos de referência; homologar, adjudicar, lavrar, assinar e publicar o respectivo contrato, termos aditivos e apostilamentos no Diário Oficial da União; e para realizar os demais atos compatíveis com a delegação, visando contratar empresa para prestar serviços técnicos de apoio, assessoramento e engenharia consultiva especializada e multidisciplinar aos empreendimentos e programas da malha rodoviária sob jurisdição daquela Superintendência e no âmbito das necessidades técnicas e operacionais de suas Unidades Locais subordinadas. O valor estimado para contratação é de R\$113.084.186,23 (cento e treze milhões, oitenta e quatro mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e três centavos). **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 23/2025/DIREX – Processo n.º 50600.010609/2024-81** – Assunto: Pedido de autorização para ratificar a adjudicação e a homologação da licitação relativa ao Edital n.º 348/2024, realizada por Concorrência, na forma eletrônica,

visando contratar empresa especializada em serviço de consultoria para a implementação do Plano Básico Ambiental - Componente Indígena - PBA - CI das Comunidades Indígenas Mbyá-Guarani referente às obras de duplicação, adequação e melhorias da rodovia BR-290/RS, no trecho Eldorado do Sul/RS - Pântano Grande/RS, do Km 112,3 ao Km 228. A vencedora foi a empresa Skill Engenharia S.A. pelo valor de R\$15.248.227,00 (quinze milhões, duzentos e quarenta e oito mil e duzentos e vinte e sete reais). Os prazos de execução e vigência serão de 1.440 e 1.620 dias, respectivamente. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato Conjunto n.º 26/2025/DIREX-DIR – Processo n.º 50600.034494/2024-11** – Assunto: Pedido de aprovação de minuta de edital e de abertura de processo licitatório, a ser realizado na modalidade de Concorrência, no modo de disputa fechado, com critério de julgamento técnica e preço, visando contratar empresa de consultoria para execução de serviços técnicos especializados de apoio e assessoramento técnico ao DNIT no planejamento e gerenciamento das ações de manutenção, conservação, restauração, estruturas, contenções e demais programas, obras e serviços no âmbito da Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária - CGMRR/DIR/DNIT. O valor estimado é de R\$396.056.648,20 (trezentos e noventa e seis milhões, cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e vinte centavos). Os prazos de vigência e execução serão de 1.915 e 1.825 dias consecutivos, respectivamente. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Relatadas as matérias da Diretoria Executiva, o Diretor Geral passou a palavra ao Diretor de Infraestrutura Rodoviária, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato n.º 39/2025/DIR – Processo n.º 50600.000472/2015-66** – Assunto: Sétimo termo aditivo para alteração da composição, da razão social e do CNPJ do Consórcio Potiguar, parte no Contrato n.º TT-005/2015, cujo objeto é a elaboração dos projetos de engenharia e a construção de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAF, no âmbito do Plano Nacional de Pesagem. Após a alteração pretendida, a empresa Faixa Sinalização Viária Ltda. – líder do Consórcio, a qual detém 90% de participação, passará a ter 60%; e a empresa Pat Traffic Sistemas de Transporte Inteligente Ltda. passará de 10% para 40% de participação. O Consórcio passará a ser denominado Potiguar II, com CNPJ/MJ n.º 56.177.829/0001-19. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 40/2025/DIR – Processo n.º 50600.010392/2021-67** – Assunto: Segundo termo aditivo para retificação do 1º Termo Aditivo de aumento de quantitativos, com reflexo financeiro positivo, referente ao Contrato n.º 10 00203/2021, firmado com a empresa ETEL - Estudos Técnicos Ltda. para executar serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à fiscalização na implementação das ações de operações rodoviárias na malha sob a jurisdição da Superintendência Regional no estado do Rio Grande do Sul, lote 11. A retificação visa corrigir um erro na distribuição de quantitativos dos serviços, sem alterar o valor total contratado nem modificar o objeto da licitação. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 44/2025/DIR – Processo n.º 50600.004679/2025-81** – Assunto: Autorização para inclusão do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV no Novo PAC, e paralisação dos serviços contratados, caso não haja disponibilidade orçamentária suficiente para a continuidade dos contratos vigentes. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. No entanto, durante a apresentação do relato, o Senhor Fábio Pessoa – Diretor de Infraestrutura Rodoviária, solicitou ajustes na redação do relato, **Item 1. OBJETO DO RELATO**, devendo o mesmo prosseguir com a seguinte redação: Paralisação dos serviços contratados, no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade – PNCV, caso não haja disponibilidade orçamentária suficiente para a continuidade dos contratos vigentes, o Colegiado determinou que seja feito o ajuste desse item no restante da instrução do processo supracitado. **Relato n.º 47/2025/DIR – Processo n.º 50605.004294/2024-93** – Assunto: Primeiro termo aditivo para alteração de critério de pagamento dos serviços de terraplenagem, referente ao Contrato n.º 390/2024, firmado com o Consórcio BR-030/BA, formado pelas empresas Conserva de Estradas Ltda., FP Construtora Ltda., e Vanguarda Construções e Serviços de Conservação Viária Ltda. para executar os serviços de implantação e pavimentação da rodovia BR-030/BA - Lote 3. *Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER.* **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Relatadas as matérias da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, o Diretor Geral passou a palavra ao Diretor de Administração e Finanças, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato n.º 14/2025/DAF – Processo n.º 50600.039808/2024-71** – Assunto: Pedido de aprovação de minuta de edital de credenciamento, visando à contratação de administradora de benefícios para celebrar acordo de adesão, com o objetivo de disponibilizar o oferecimento de planos de assistência à saúde suplementar aos membros e servidores ativos, inativos, seus dependentes legais e os pensionistas do DNIT de, no mínimo, uma operadora registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Os planos devem ter cobertura na área geográfica de atuação

do DNIT, com garantia de atendimento de urgência e emergência em todo território nacional. O prazo de vigência será de 12 meses. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 18/2025/DAF – Processo n.º 50600.005247/2024-15** – Assunto: Pedido de inclusão do item DFD n.º 55/2025 relativo à aquisição de *patch panel* e cabos de rede CAT6 como parte da modernização das prumas da Sede do DNIT; e do item DFD n.º 58/2025 referente à contratação emergencial dos serviços de apoio administrativo para os postos de auxiliar administrativo, secretariado e técnico em secretariado, no Plano de Contratações Anual para o exercício de 2025 - PCA/2025; e exclusão do item DFD n.º 575/2024 inerente à aquisição de cabeamento de rede tipo CAT6 do PCA/2025. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 20/2025/DAF – Processo n.º 50600.013281/2021-11** – Assunto: Segundo termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência, por mais 12 meses, referente ao Contrato n.º 162/2023, firmado com a empresa INFOSEC Tecnologia da Informação Ltda. para prestar serviços de solução de *backup*, englobando expansão e suporte de *softwares* e *hardwares* existentes. O valor global, para 12 meses, é de R\$1.894.206,57 (um milhão, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e seis reais e cinquenta e sete centavos). O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração antes do término do prazo estipulado, assim que for concluído o processo de contratação já em andamento. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. O Comitê observou que conforme as informações extraídas do SICAF/relatório de ocorrências ativas, há suspensão temporária de Licitar e Contratar com a Administração Pública Federal, Direta e Indireta no âmbito da Justiça Federal de 1ª Instância/PB, no período entre 4/11/2024 e 4/4/2025, referente à empresa INFOSEC Tecnologia da Informação LTDA. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 21/2025/DAF – Processo n.º 50600.041808/2024-31** – Assunto: Contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Inciso I, do artigo 74, da Lei n.º 14.133/2021, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, para prestar os serviços contínuos de fornecimento de água tratada, esgotamento sanitário, manutenção de hidrômetro, além de outros indispensáveis ao monitoramento e fornecimento de água de boa qualidade e própria para o consumo. O valor será de R\$859.112,52 (oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e doze reais e cinquenta e dois centavos). O prazo é de 12 meses. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 23/2025/DAF – Processo n.º 50600.003677/2025-75** – Assunto: Aprovação da contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP Ltda. para viabilizar a participação de 15 servidores desta Autarquia, no evento “20º Congresso Brasileiro de Pregoeiros”, o qual será realizado de forma presencial, no período de 17 a 20 de março de 2025, em Foz do Iguaçu - Paraná. O valor total estimado é de R\$92.700,00 (noventa e dois mil e setecentos reais). *Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER.* **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 24/2025/DAF – Processo n.º 50600.041940/2022-81** – Assunto: Terceiro termo aditivo para prorrogação de prazo, com reflexo financeiro positivo e inclusão de cláusula resolutiva, referente ao Contrato n.º 414/2023, cujo objeto trata da execução dos serviços contínuos de apoio administrativo – Auxiliar Administrativo, Grupo 1; e primeiro termo aditivo para prorrogação de prazo, com reflexo financeiro positivo e inclusão de cláusula resolutiva, referente ao Contrato n.º 415/2023, que trata da execução dos serviços contínuos de apoio administrativo - Técnico em Secretariado e Secretário Executivo, Grupo 2, ambos os contratos firmados com a empresa R7 Facilities Serviços de Engenharia Ltda. A prorrogação em comento para ambos os contratos será por mais 12 meses, ou até que se conclua o processo licitatório, já em andamento, para nova contratação dos mesmos objetos. O valor mensal do Contrato n.º 414/2023 passa a ser de R\$2.826.278,52 (dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), perfazendo o valor global estimado de R\$33.915.342,24 (trinta e três milhões, novecentos e quinze mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos), e o valor mensal do Contrato n.º 415/2023 passa a ser de R\$449.177,44 (quatrocentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo o valor global estimado de R\$5.390.129,28 (cinco milhões, trezentos e noventa mil, cento e vinte e nove reais e vinte e oito centavos). Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados e medidos. *Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER.* **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Relatadas as matérias da Diretoria de Administração e Finanças, o Diretor Geral passou a palavra ao Diretor de Planejamento e Pesquisa, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato n.º 30/2025/DPP – Processo n.º 50600.005417/2025-34** – Assunto: Pedido de autorização para realizar Consulta Pública relativa ao Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes, especificamente para o Volume 04 -

Fator de Influência das Chuvas e o Volume 05 - Fator de Interferência do Tráfego. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 32/2025/DPP – Processo n.º 50600.042333/2024-09** – Assunto: Pedido de aprovação do cancelamento da Norma Técnica DNIT n.º 126/2017-PAD, a qual trata da Codificação de Documentos Técnicos de Engenharia – Padronização. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 33/2025/DPP – Processo n.º 50600.001710/2024-41** – Assunto: Pedido de autorização para convalidar todos os atos administrativos praticados pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa relativos à execução do Acordo de Cooperação Técnica n.º 55; e para celebrar o primeiro termo aditivo visando alterar a data inicial de vigência do instrumento, a partir de 25/3/2024, firmado entre o DNIT e a empresa Houer Engenharia Ltda., visando estabelecer a mútua cooperação entre os partícipes para promover ações conjuntas de fomento à implantação de melhorias na gestão de projetos e de obras públicas, com soluções de orçamento e planejamento em *Building Information Modeling* - BIM. A convalidação refere-se ao lapso temporal entre o início da execução do instrumento, em 25/03/2024, e a sua devida assinatura pelas partes em 19 e 23/11/2024. O prazo de vigência é de 24 meses. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 34/2025/DPP – Processo n.º 50600.001661/2024-47** – Assunto: Pedido de autorização para convalidar todos os atos administrativos praticados pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa relativos à execução do Acordo de Cooperação Técnica n.º 54; e para celebrar o primeiro termo aditivo visando alterar a data inicial de vigência do instrumento, a partir de 25/3/2024, firmado entre o DNIT e a empresa Houer Engenharia Ltda., visando estabelecer a mútua cooperação entre os partícipes para promover ações conjuntas de fomento à implantação de melhorias na gestão de projetos e de obras públicas, com soluções de infraestrutura rodoviária em *Building Information Modeling* - BIM. A convalidação refere-se ao lapso temporal entre o início da execução do instrumento, em 25/03/2024, e a sua devida assinatura pelas partes em 19 e 23/11/2024. O prazo de vigência é de 24 meses. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 35/2025/DPP – Processo n.º 50600.042594/2024-11** – Assunto: Pedido de aprovação do cancelamento da Publicação IPR n.º 652 que trata do Manual de Editoração. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 36/2025/DPP – Processo n.º 50600.001735/2024-45** – Assunto: Pedido de autorização para convalidar todos os atos administrativos praticados pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa relativos à execução do Acordo de Cooperação Técnica n.º 07; e para celebrar o primeiro termo aditivo visando alterar a data inicial de vigência do instrumento, a partir de 25/3/2024, firmado entre o DNIT e a empresa Viavoz Ltda., visando estabelecer a mútua cooperação entre os partícipes para promover ações conjuntas de fomento à implantação de melhorias na gestão de projetos e de obras públicas, com soluções para Ambiente Comum de Dados (*Common Data Environment* - CDE). A convalidação refere-se ao lapso temporal entre o início da execução do instrumento, em 25/03/2024, e a sua devida assinatura pelas partes em 19 e 23/11/2024. O prazo de vigência é de 24 meses. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. O Comitê observou que conforme as informações extraídas do SICAF/relatório de ocorrências ativas, há impedimento temporária da empresa VIAVOZ Ltda. de Licitar e Contratar com a Prefeitura Municipal de Itabirito/MG, sendo que as ocorrências 1, 2 e 4 já foram finalizadas, as ocorrências 3 e 5 serão finalizadas em 9/3 e 23/6/2025, respectivamente. **Informação Complementar da DPP/DNIT:** Embora constem registros de penalidades no SICAF referentes à empresa citada empresa, ressalta-se que todas são posteriores à data do início da vigência do Acordo de Cooperação Técnica, o qual, conforme Termo Aditivo, se inicia no dia 25/03/2024. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 37/2025/DPP – Processo n.º 50600.001436/2024-19** – Assunto: Pedido de autorização para convalidar todos os atos administrativos praticados pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa relativos à execução do Acordo de Cooperação Técnica n.º 03; e para celebrar o primeiro termo aditivo visando alterar a data inicial de vigência do instrumento, a partir de 25/3/2024, firmado entre o DNIT e a empresa Viavoz Ltda., visando estabelecer a mútua cooperação entre os partícipes para promover ações conjuntas de fomento à implantação de melhorias na gestão de projetos e de obras públicas, com soluções de infraestrutura rodoviária em *Building Information Modeling* – BIM. A convalidação refere-se ao lapso temporal entre o início da execução do instrumento, em 25/03/2024, e a sua devida assinatura pelas partes em 19 e 25/11/2024. O prazo de vigência é de 24 meses. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. O Comitê observou que conforme as informações extraídas do SICAF/relatório de ocorrências ativas, há impedimento temporária da empresa VIAVOZ Ltda. de Licitar e Contratar com a Prefeitura Municipal de Itabirito/MG, sendo que as ocorrências 1, 2 e 4 já foram finalizadas, as ocorrências 3 e 5 serão finalizadas em 9/3 e 23/6/2025, respectivamente. **Informação**

**Complementar da DPP/DNIT:** Embora constem registros de penalidades no SICAF referentes à empresa citada empresa, ressalta-se que todas são posteriores à data do início da vigência do Acordo de Cooperação Técnica, o qual, conforme Termo Aditivo, se inicia no dia 25/03/2024. **DELIBERAÇÃO: APROVADO.**

**Relato n.º 38/2025/DPP – Processo n.º 50600.001296/2024-71 – Assunto:** Pedido de autorização para convalidar todos os atos administrativos praticados pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa relativos à execução do Acordo de Cooperação Técnica n.º 02; e para celebrar o primeiro termo aditivo visando alterar a data inicial de vigência do instrumento, a partir de 25/3/2024, firmado entre o DNIT e a empresa Bim Works Consultoria e Serviços Ltda., visando estabelecer a mútua cooperação entre os partícipes para promover ações conjuntas de fomento à implantação de melhorias na gestão de projetos e de obras públicas, com soluções para dimensionamento estrutural (cálculo) de Obra de Arte Especial – OAE, utilizando o *Building Information Modeling* - BIM. A convalidação refere-se ao lapso temporal entre o início da execução do instrumento, em 25/03/2024, e a sua devida assinatura pelas partes em 25/11/2024. O prazo de vigência é de 24 meses. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO: APROVADO.**

**Relato n.º 42/2025/DPP – Processo n.º 50615.000222/2025-39 – Assunto:** Delegação de competência à Superintendência Regional no estado do Maranhão para a análise dos estudos e aprovação dos projetos referentes aos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade (duplicação, implantação e pavimentação de vias laterais, recuperação/reforço/alargamento de obras de arte especiais) e de reabilitação com melhorias para segurança rodoviária da BR-135/MA, no segmento compreendido do Km 66,90 ao km 95,60, com extensão de 28,70 quilômetros - SNV 135BMA0060/0065/0075/0080, no âmbito do Contrato UT-15 00536/2022, firmado com a empresa PROSUL - Projetos Supervisão e Planejamento Ltda. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. O Comitê observou que conforme as informações extraídas do SICAF/relatório de ocorrências ativas, referentes a empresa PROSUL - Projetos Supervisão e Planejamento Ltda., há impedimento temporário de Licitar e Contratar com a Administração Pública Federal, Direta e Indireta pelo prazo de 3 meses, por ensejar o retardamento da execução e da entrega do objeto sem motivo justificado, conforme previsão contratual - Contrato n.º 720/2020, pelo período de 25/2 a 25/5/2025 – Órgão sancionador: DNIT. Durante a discussão do assunto, o representante da Diretoria de Planejamento e Pesquisa identificou a necessidade de ajustes na redação do Relato n.º 40/2025/DPP, em face de incorreção em seu conteúdo, o qual foi analisado pelo CGER e consta na Planilha referente a essa Reunião, mas, em virtude da correção, passou a ser o Relato n.º 42/2025/DPP. **DELIBERAÇÃO: APROVADO.** Relatadas as matérias da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, o Diretor Geral passou a palavra ao Diretor de Infraestrutura Aquaviária Substituto, que apresentou o seguinte assunto: **Relato n.º 15/2025/DAQ – Processo n.º 50600.005247/2024-15 – Assunto:** Pedido de inclusão do item DFD n.º 28/2025 relativo à contratação dos serviços de assessoramento, engenharia consultiva e gestão dos empreendimentos integrantes das ações de construção, operação e manutenção a cargo da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária. O valor preliminar da contratação é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) para o prazo de cinco anos. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO: APROVADO.** Relatada a matéria da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, o Diretor Geral passou a palavra ao Diretor de Infraestrutura Ferroviária Substituto, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato n.º 6/2025/DIF – Processo n.º 00688.001242/2021-71 – Assunto:** Pedido de autorização para celebrar acordo nos autos da Ação Judicial n.º 0087040-49.2014.4.01.3400, que tramita junto à 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em atenção às disposições do inciso VI do artigo 12 do Regimento Interno do DNIT. A referida ação, promovida pela empresa Álya Construtora S.A., refere-se à contestação da rescisão unilateral do Contrato n.º 175/2006, realizada pelo DNIT e constante no processo administrativo n.º 50600.005946/2005-94, demandando da empresa o pagamento no valor de R\$7.143.968,81 (sete milhões, cento e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e um centavos), em decorrência do encontro de contas. A sentença proferida considerou nula a decisão administrativa do DNIT, resultando no pagamento de valor indenizatório por danos materiais sofridos pela empresa em face da relatada rescisão, no montante de R\$2.373.968,81 (dois milhões, trezentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e um centavos), atualizado até novembro de 2014; e de honorários sucumbenciais, com fixação de honorários advocatícios, sobre o valor da condenação, nos patamares mínimos do parágrafo 3º do artigo 85 do Código de Processo Civil – CPC pelo DNIT. Por se tratar de decisão em grau de recurso de apelação, a Autarquia consultou a Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT – PFE/DNIT sobre o juízo prévio de admissibilidade de Recurso Especial, para posterior remessa ao Superior Tribunal de Justiça - STJ. A PFE/DNIT emitiu Parecer n.º 0002/2024/COORD/EADM1/PGF/AGU e informou que tal recurso teria grande probabilidade de não prosperar por causa de aspectos jurídicos descritos no documento. Em outubro de 2021, a

empresa requereu a abertura de procedimento junto à Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal – CCAF, buscando compor a lide. Após várias discussões entre as partes, a proposta de acordo é a seguinte: o DNIT pagará à citada empresa o valor condenatório principal, correspondente à indenização, atualizado com deságio de 25% até agosto/2024, de R\$4.568.505,24 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinco reais e vinte e quatro centavos); e o valor relativo a honorários sucumbenciais sobre esse último valor. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Após apresentação do assunto, o Senhor Júlio César Barbosa Melo – Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT, reforçou a informação constante no relato, quanto ao meio de pagamento se dar por meio de precatórios. Em seguida, o Diretor Geral passou ao exame do **item 2. Aprovação e assinatura da Ata da 8ª Reunião Ordinária, e 2ª e 3ª Reuniões Extraordinárias da Diretoria Colegiada, datadas de 25 e 27 de fevereiro, e 6 de março de 2024, respectivamente.** Os membros do Colegiado não manifestaram oposição ao conteúdo das Atas e as aprovaram. As Atas foram então disponibilizadas no Sistema Eletrônico de Informações do DNIT – SEI/DNIT para assinatura dos participantes. Os Relatos apresentados nesta Reunião têm os seus conteúdos integrais registrados no bojo dos processos administrativos mencionados nesta Ata, os quais se encontram arquivados e disponíveis no SEI/DNIT. A Planilha de Avaliação de Riscos, relativa aos assuntos aqui tratados, compõe anexo desta Ata, estando disponível também no SEI/DNIT, por meio do documento SEI n.º 20383002. Nada mais havendo a tratar, o Diretor Geral encerrou a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos, da qual eu, Aline Vitorino Santos, Secretária da Diretoria Colegiada Substituta, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Diretor Geral e pelos demais membros.-----

*(assinado eletronicamente)*  
Fabricio de Oliveira Galvão  
Diretor Geral

*(assinado eletronicamente)*  
Carlos Antônio Rocha de Barros  
Diretor Executivo

*(assinado eletronicamente)*  
Fábio Pessoa da Silva Nunes  
Diretor de Infraestrutura Rodoviária

*(assinado eletronicamente)*  
Marcos de Brito Campos Júnior  
Diretor de Administração e Finanças

*(assinado eletronicamente)*  
Luiz Guilherme Rodrigues de Mello  
Diretor de Planejamento e Pesquisa

*(assinado eletronicamente)*  
Edme Tavares de Albuquerque Filho  
Diretor de Infraestrutura Aquaviária Substituto

*(assinado eletronicamente)*  
Eloi Angelo Palma Filho  
Diretor de Infraestrutura Ferroviária Substituto



(assinado eletronicamente)  
Aline Vitorino Santos  
Secretária da Diretoria Colegiada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Aline Vitorino Santos, Secretária da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração - Substituta**, em 28/03/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eloi Angelo Palma Filho, Diretor de Infraestrutura Ferroviária - Substituto(a)**, em 02/04/2025, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Brito Campos Junior, Diretor de Administração e Finanças**, em 02/04/2025, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício de Oliveira Galvão, Diretor Geral**, em 02/04/2025, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa**, em 03/04/2025, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Antônio Rocha de Barros, Diretor-Executivo**, em 03/04/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edme Tavares de Albuquerque Filho, Diretor de Infraestrutura Aquaviária-Substituto(a)**, em 06/04/2025, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Pessoa da Silva Nunes, Diretor de Infraestrutura Rodoviária**, em 08/04/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20688107** e o código CRC **A403A5D5**.

Referência: Processo nº 50600.001741/2025-83

SEI nº 20688107

**DNIT**  
DEPARTAMENTO  
NACIONAL DE  
INFRAESTRUTURA  
DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A  
CEP 70040-902  
Brasília/DF |